

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2015

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Segurança**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação****INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto abaixo.

É verdade que as mulheres não são engraçadas?

Em ensaio de 2007 na revista *Vanity Fair*, o escritor Christopher Hitchens perguntou: "Por que as mulheres não são engraçadas?" Suas duas respostas: a mulher e o humor seriam "opostos" e "a tarefa mais importante que o homem precisa desempenhar na vida é impressionar o sexo oposto. As mulheres não têm a menor necessidade correspondente de atrair os homens dessa maneira. Elas já os atraem".

Eu acho que os homens fazem graça para atrair mulheres porque as mulheres consideram o humor um sinal de inteligência e o valorizam num companheiro muito mais que os homens. Também penso que nem sempre os homens conseguem seduzir as mulheres pelo riso.

Elas são ensinadas desde a infância a sorrir, ser educadas e gentis. Não fazem tanta força quanto os homens para ser engraçadas, porque o humor pode ofender. Mas as que rompem com essa convenção social podem nos levar a gargalhar tanto quanto eles.

Hitchens também pergunta: se as mulheres são tão divertidas quanto os homens, por que existem muito mais humoristas e roteiristas cômicos homens que mulheres? Uma resposta: o humor tem sido tradicionalmente uma profissão dominada pelos homens.

No Brasil há menos comediantes mulheres porque o machismo retardou os avanços feministas. Mesmo assim, a peça de teatro *Cócegas*, escrita e representada por Heloísa Périssé e Ingrid Guimarães, ficou em cartaz por dez anos porque suas personagens enfrentam o cotidiano da mulher moderna de modo cômico.

Portanto, eu diria a Hitchens: dê às mulheres mais tempo para desafiar as convenções sociais, e seus clichês sobre elas se tornarão risíveis.

(Adaptado de: KEPP, Michael. Trad. Clara Allain, 13/10/2014. Disponível em: <www.folha.uol.com.br/opiniao/2014/10/1530898-michael-kepp-e-verdade-que-as-mulheres-nao-sao-engracadas.shtml>. Acessado em: 01/10/2015)

1. Na opinião do autor,
- (A) os homens apelam para o humor ao buscar atrair a atenção das mulheres quando os demais recursos, como a sagacidade, são insuficientes para lhes atrair a atenção.
 - (B) o humor das mulheres foi coibido na sociedade brasileira em virtude de uma visão estereotipada e machista do que seria o comportamento feminino.
 - (C) o número de mulheres que exercem a atividade de roteirista cômico é equiparado ao de homens, basta verificar a quantidade de peças feministas de sucesso.
 - (D) no Brasil as mulheres são ensinadas, desde cedo, a não questionar a realidade e, com isso, não dispõem dos atributos necessários para produzir comédia.
 - (E) as mulheres não precisam se esforçar tanto quanto os homens para provocar o riso, na medida em que elas já são naturalmente graciosas e espirituosas.

2. De acordo com o autor, os argumentos de Hitchens acerca da relação das mulheres com o humor são
- (A) equivocados, embora derivem de pesquisa rigorosa e exaustiva.
 - (B) infundados, e contrariam o que afirma o senso comum.
 - (C) estereotipados, e poderão ser facilmente refutados no futuro.
 - (D) inatacáveis, pois estão fundados na observação empírica.
 - (E) inconclusos, conquanto evidenciem uma análise acurada dos fatos.

3. O fragmento sublinhado está reescrito corretamente, com a expressão em negrito substituída por um pronome, em
- (A) suas personagens enfrentam o cotidiano da mulher moderna → enfrentam-o
 - (B) as mulheres consideram o humor um sinal de inteligência → lhe consideram
 - (C) a tarefa mais importante que o homem precisa desempenhar na vida é impressionar o sexo oposto → impressionar-lhe
 - (D) dê às mulheres mais tempo → dê-lhes
 - (E) As mulheres não têm a menor necessidade correspondente de atrair os homens dessa maneira. → têm-a

4. As mulheres não têm a menor necessidade correspondente de atrair os homens dessa maneira. Elas já os atraem. (1º parágrafo)

Ao reescrever essa passagem em um único período, o trecho sublinhado deve ser substituído, sem prejuízo para o sentido e para a correção do texto, por

- (A) maneira, contudo elas
- (B) maneira, porque elas
- (C) maneira; portanto, elas
- (D) maneira; à proporção que
- (E) maneira, ainda que

5. As normas de concordância estão plenamente respeitadas na seguinte frase redigida a partir do texto:
- (A) Muitas vezes os esforços de impressionar o sexo oposto, por meio do riso, não obtêm o resultado almejado.
 - (B) Impressionar as mulheres têm correspondido a uma das principais preocupações dos homens, que recorrem ao humor.
 - (C) A necessidade que as mulheres têm de usar o humor como artimanha para seduzir os homens não se mostram tão prementes.
 - (D) Hitchens, em seu ensaio, argumenta a respeito de parecerem haver mais humoristas homens do que mulheres.
 - (E) Escrita e representada por Heloísa Périssé e Ingrid Guimarães, destacam-se, entre outras, a peça **Cócegas**.



6. O livre comentário a partir do texto está escrito com clareza e correção em:
- (A) A crítica intrínseca à grande parte dos comentários cômicos é capaz de suscitar situações embaraçosas; por isso, muitas mulheres abnegam comentários jocosos.
- (B) O ensaio de Hitchens certamente foi rechassado por feministas, por partir do pressuposto que a mulher seria menos habil que o homem no que tange o humor.
- (C) Nem sempre o artifício do humor impressiona o sexo oposto, mas existem outros atributos igualmente poderosos no processo da conquista, a gentileza é uma delas.
- (D) Em um ensaio controverso vindo a público em 2007, o escritor Christopher Hitchens discorreu acerca da razão de as mulheres não serem engraçadas.
- (E) Afirmar que as mulheres são menos divertidas que os homens soam temerário, à considerar a inexistência de fórmula para o que deve ser entendido como engraçado.

Atenção: As questões de números 7 a 11 referem-se ao texto abaixo.

#PARTIU VIVER?

Sabe o que eu mais acho incrível nas redes sociais? Como as pessoas acabam se tornando diferentes do que são. Diferentes mesmo. Todo mundo é bonito, sai de casa maquiado, com o cabelo certinho, come um prato digno de chef e leva essa vida de comercial de margarina. Eu tenho perfil em quase tudo o que é rede, mas também tenho uma teoria que funciona, pra mim pelo menos: quanto mais ativo você está na internet, mais chato está seu dia a dia. Sério, eu acredito nisso.

Boa parte das pessoas, nas redes sociais, vive a vida que queria viver. Dá a impressão de que a internet se transformou em um trailer do seu dia a dia. Mas qualquer trailer no cinema parece interessante. Mais do que o filme em si. É só editar e apagar os defeitinhos com um filtro poderoso.

Eu mesma não vou curtir sair com o cabelo arrepiado em foto, o problema é acreditar que a vida alheia é assim, 100% irretocável e divertida. Qualquer pessoa viva experimenta momentos de tristeza, tédio, preguiça, falta de inspiração, comida feia no prato, cabelo rebelde, olheira, dúvida sobre um tema... Supernormal não ser perfeito, não ter uma opinião formada sobre algo. Anormal mesmo é essa vida plástica que a gente nota pelo Snapchat, Facebook e Instagram.

(Adaptado de Scherma, Mariana, 01/10/2015. Disponível em: <www.cronicadodia.com.br/2015/10/partiu-viver-mariana-scherma.html>. Acessado em: 01/10/2015)

7. Com a expressão “vida plástica”, ao final do texto, a autora alude
- (A) à imagem falaz que alguns desejam que outros nutram a seu respeito.
- (B) aos momentos de descontração naturalmente capturados em fotografia.
- (C) às deturpações da vida real provocadas pela indústria cinematográfica.
- (D) à repetição enfadonha dos conteúdos postados em redes sociais.
- (E) aos fatos cotidianos que perdem a exuberância ao serem fotografados.

8. A expressão sublinhada no primeiro parágrafo serve ao propósito de
- (A) enfatizar o conteúdo enunciado, explicitando uma verdade absoluta.
- (B) relativizar o conteúdo do enunciado, reforçando seu caráter subjetivo.
- (C) reforçar o conteúdo enunciado, sinalizando um ponto de vista incontestável.
- (D) refutar o conteúdo enunciado, evidenciando um exemplo concreto.
- (E) generalizar o conteúdo enunciado, mostrando uma teoria comprovada.

9. ... quanto mais ativo você está na internet, mais chato está seu dia a dia. (1º parágrafo)

A relação de sentido estabelecida nesse enunciado é de

- (A) finalidade.
- (B) negação.
- (C) concessão.
- (D) adição.
- (E) proporcionalidade.

10. A colocação pronominal está correta em:

- (A) As pessoas têm dedicado-se a compartilhar fotos de várias situações.
- (B) Ela repara como tornam-se diferentes algumas pessoas nas redes sociais.
- (C) A autora parece incomodar-se com algumas postagens nas redes sociais.
- (D) Há vários recursos digitais que prestam-se a corrigir os defeitos das imagens.
- (E) Atualmente, as pessoas sempre lembram-se de sorrir ao serem fotografadas.

11. A frase redigida a partir do texto com clareza e correção é:

- (A) De fato, a relação entre vida pública e vida privada se alteraram com o advento recente, diga-se de passagem das redes sociais.
- (B) Não há quem com um pouco de vaidade que, ao ver sua imagem mau capturada pela câmera fotográfica, fique indiferente à ela.
- (C) As pessoas de cujas fotos são compartilhadas nas redes sociais não se encabulam ao ter sua vida íntima publicamente exposta.
- (D) Uma vez que as fotos são compartilhadas no meio virtual, perde-se o controle sobre a maneira como elas deverão repercutir na rede.
- (E) Integram a vida de qualquer pessoa momentos de tristeza, tédio, preguiça, ou outros eventos dos quais nem sempre nos orgulhamos.



12. Está redigido com clareza e correção o seguinte enunciado:

- (A) Os desacordos são parte natural de qualquer relação entre pessoas e, apenas serão resolvidos, enquanto os canais de diálogo se manterem abertos, seja na vida real seja na virtual.
- (B) Como não sendo possível evitar os embates peculiares as relações interpessoais, para que os laços afetivos sejam mantidos, faz-se necessário a contemporização.
- (C) Na vida real, não é possível fugir ao conflito: é preciso dispor-se a enfrentar as divergências, para que, ao contorná-las, os vínculos de amizade se mantenham.
- (D) Embora não seja possível na vida real, romper sumariamente um laço de amizade sem passar por uma situação de conflito, mesmo quando se mantém um envolvimento superficial.
- (E) Para que se mantessem ativos os laços de amizade, seria preciso que os episódios de impasse fossem vistos como parte natural da relação, portanto difícil que isso possa parecer.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

13. A companhia de abastecimento de água de certa região divulga, em seu *website*, a seguinte tabela tarifária, vigente a partir de julho de 2015, na qual informa as tarifas mensais relativas ao consumo de água e ao tratamento de esgoto. A cobrança é sempre feita com base no consumo mensal de água e, se o imóvel for servido também por tratamento de esgoto, a companhia cobra por este último considerando que a água consumida retorna na forma de esgoto.

	Até 10 m ³ de água consumida	Excedente a 10 m ³ de água consumida	Excedente a 30 m ³ de água consumida
Água (todas as localidades)	R\$ 30,54	R\$ 4,58/ m ³	R\$ 7,81/ m ³
Esgoto (Capital)	R\$ 25,96	R\$ 3,89/ m ³	R\$ 6,64/ m ³
Total (Capital)	R\$ 56,50	R\$ 8,47/ m ³	R\$ 14,45/ m ³
Esgoto (demais localidades)	R\$ 24,43	R\$ 3,66/ m ³	R\$ 6,25/ m ³
Total (demais localidades)	R\$ 54,97	R\$ 8,24/ m ³	R\$ 14,06/ m ³

Com o auxílio dessa tabela, considerando o consumo de água mensal e também a despesa relativa ao tratamento de esgoto, é possível conferir o valor da conta de água. Considere, por exemplo, uma residência da Capital, que é servida por água e esgoto e que, no mês de outubro de 2015, consumiu 24 m³ de água. Assim, o valor da conta de água dessa residência, referente a esse mês, deve ser de

- (A) R\$ 80,42.
- (B) R\$ 94,66.
- (C) R\$ 156,20.
- (D) R\$ 175,08.
- (E) R\$ 210,74.

14. Para proceder à fusão de suas empresas, os proprietários **A**, **B** e **C** decidem que as partes de cada um, na nova sociedade, devem ser proporcionais ao faturamentos de suas empresas no ano de 2014, que foram, respectivamente, de R\$ 120.000,00; R\$ 135.000,00 e R\$ 195.000,00. Então, se a empresa resultante da fusão lucrar R\$ 240.000,00 em 2016, a parte desse lucro devida ao sócio **A** foi de

- (A) R\$.110.000,00.
- (B) R\$ 72.000,00.
- (C) R\$ 64.000,00.
- (D) R\$ 60.000,00.
- (E) R\$ 80.000,00.

15. Em 2014, foi realizada uma extensa pesquisa para avaliar o nível de letramento científico dos brasileiros que tinham até o ensino superior completo. Foram entrevistadas pessoas de todas as regiões do país e suas respostas foram padronizadas em quatro diferentes níveis de letramento, sendo o nível 4 o mais alto. A tabela abaixo correlaciona os níveis de letramento científico e a escolaridade completa final do entrevistado:

Escolaridade	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Total	1122	146	547	360	69
EF completo	245	24%	51%	23%	1%
EM completo	718	11%	52%	32%	5%
ES completo	159	4%	31%	47%	18%

(Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2014/08/imagens/Indice-Letramento-Cientifico.pdf>>. Acesso em: 16/10/2015)

A partir dos dados da tabela, é correto afirmar que, dentre os entrevistados que atingiram o nível 4 de letramento científico, aqueles com ensino superior completo (ES completo) representam um percentual de aproximadamente

- (A) 20%.
- (B) 41%.
- (C) 35%.
- (D) 57%.
- (E) 81%.



16. Uma empresa é composta por quatro setores distintos, que têm, respectivamente, 300, 180, 120 e 112 funcionários. Todos esses funcionários participarão de um treinamento e receberam as seguintes orientações para a preparação:
- Devem ser formados grupos com a mesma quantidade de funcionários em cada um.
 - Cada grupo deve incluir apenas funcionários de um mesmo setor.
 - Os grupos, respeitando as condições anteriores, devem ser os maiores possíveis.

Desse modo, a quantidade total de grupos formados para o treinamento será

- (A) 178.
- (B) 75.
- (C) 114.
- (D) 32.
- (E) 253.

17. Daniel foi promovido e resolveu comprar roupas novas para trabalhar. Na loja, gostou e separou os seguintes itens: terno cinza, terno preto, camisa branca, gravata vermelha, gravata listrada, par de meias pretas, par de meias cinzas e prendedor de gravata. Para não comprar por impulso, resolveu estabelecer algumas condições:

- Precisa da camisa branca e, portanto, terá de levá-la.
- Tem de levar um terno, mas não pode levar os dois.
- Se optar pelo terno preto, só então levará a gravata listrada.
- Levará pelo menos um par de meias.
- Não deverá levar o prendedor de gravata, a menos que leve também a gravata vermelha.

Respeitando essas condições, as quantidades mínima e máxima de itens que poderá levar são, respectivamente,

- (A) 1 e 8.
- (B) 2 e 7.
- (C) 2 e 8.
- (D) 3 e 5.
- (E) 3 e 7.

Noções de Direito Constitucional

18. Considere:
- I. A soberania.
 - II. Construir uma sociedade livre, justa e igualitária.
 - III. Independência nacional.
 - IV. Defesa da paz.

As relações internacionais da República Federativa do Brasil são regidas pelos princípios constantes em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

19. A garantia do direito à propriedade e de herança são enquadrados constitucionalmente no conceito de direitos

- (A) individuais.
- (B) sociais.
- (C) políticos.
- (D) públicos.
- (E) patrimoniais.

20. Nos termos da Constituição Federal, há previsão legal para aplicação de pena

- (A) cruel.
- (B) de banimento.
- (C) de trabalhos forçados.
- (D) de caráter perpétuo.
- (E) de morte.



<p>21. Compete privativamente à União</p> <p>(A) zelar pela guarda da Constituição.</p> <p>(B) legislar sobre seguridade social.</p> <p>(C) proteger o meio ambiente.</p> <p>(D) cuidar da garantia das pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>(E) promover programas de construção de moradias.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>25. A Administração pública, para consecução da finalidade pública que autoriza e legitima sua atuação, está autorizada a firmar contratos, que se distinguem dos contratos privados em razão de características que lhes são próprias, dentre elas,</p> <p>(A) a desnecessidade de obediência à forma prescrita em lei, em razão da posição de supremacia que exerce a Administração em referidos atos negociais, o que faz prescindir, como regra, da forma escrita, prevalecendo a verbal.</p>
<p>22. Sobre as regras estabelecidas na Constituição Federal acerca da Administração pública é correto afirmar que</p> <p>(A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.</p> <p>(B) a investidura em cargo e emprego público, inclusive em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, depende, no mínimo, de processo seletivo simplificado.</p> <p>(C) o prazo de validade dos concursos públicos será de três anos, prorrogável uma vez, por igual período.</p> <p>(D) a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada e alterada por lei específica, decreto do Executivo ou decreto do Legislativo.</p> <p>(E) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, nas hipóteses de dois cargos das áreas da educação, saúde e segurança pública.</p>	<p>(B) a necessidade de prévia licitação, regra que por decorrer de norma constitucional não admite exceção, sendo exemplo de aplicação dos princípios da legalidade, isonomia e economicidade.</p> <p>(C) a presença de cláusulas que conferem prerrogativas a uma das partes em relação à outra, como, por exemplo, a possibilidade conferida ao particular de rescindir unilateralmente o contrato firmado com a Administração.</p> <p>(D) o poder conferido à Administração de alteração unilateral do ajuste e correlato direito do contratado de ver mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.</p> <p>(E) a imutabilidade do contrato administrativo, que impede a alteração das cláusulas econômicas e regulamentares, em razão dos princípios licitatórios e da vinculação ao instrumento convocatório.</p>
<p>23. Considere:</p> <p>I. Supremo Tribunal Federal.</p> <p>II. Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>III. Tribunais Militares.</p> <p>IV. Tribunais de Contas.</p> <p>Nos termos da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário o constante em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) I, II e IV, apenas.</p> <p>(D) I, apenas.</p> <p>(E) II, III e IV, apenas.</p>	<p>26. A área de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da cidade de Londrina, Estado do Paraná, solicitou a aquisição de 150 <i>mouse pads</i> para serem utilizados pelos servidores do referido Tribunal, quantitativo que permitiria o atendimento das necessidades durante todo o exercício financeiro em curso. O departamento responsável, após definição das características do produto, fez pesquisa de preços com 10 fornecedores do referido produto, obtendo valores totais que variavam, dada a diferença de preço de cada fornecedor, entre R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Após a adoção das formalidades essenciais, para aquisição do produto na totalidade estimada, o Tribunal</p> <p>(A) deverá realizar licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, a fim de obter a melhor contratação possível, que é considerada aquela de menor preço.</p>
<p>24. A competência para processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os membros dos Tribunais Regionais do Trabalho é</p> <p>(A) do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.</p> <p>(C) do Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(D) dos Tribunais Regionais Federais.</p> <p>(E) do Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>(B) deverá realizar licitação, na modalidade convite, tendo em vista que o valor estimado da contratação é menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).</p> <p>(C) poderá contratar diretamente um dos fornecedores que apresentaram proposta de preço, escolhendo, dentre eles, o que melhor lhe aprouver, considerando que se trata de contratação direta, pautada na dispensa de licitação pelo valor.</p> <p>(D) deverá realizar licitação, sendo a escolha da modalidade livre ao administrador, desde que apresente justificativa e sejam obedecidos os prazos estabelecidos em lei.</p> <p>(E) poderá contratar diretamente, por dispensa de licitação, o fornecedor que apresentou o menor preço dentre aqueles pesquisados pela Administração.</p>



27. Os atos administrativos extinguem-se por diversas razões, dentre elas, a retirada, que compreende a revogação e a invalidação ou anulação. A revogação e a anulação constituem-se, respectivamente, na retirada do ato
- (A) por razões de ilegalidade, produzindo efeitos, em regra, para o futuro na primeira hipótese e retroativos à data em que emitido, na segunda hipótese.
 - (B) por razões de ilegalidade e por razões de conveniência e oportunidade, produzindo efeitos, em regra, retroativos à data em que emitido na primeira hipótese e para o passado na segunda hipótese.
 - (C) por razões de conveniência e oportunidade e por razões de ilegalidade, produzindo efeitos, em regra, para o futuro na primeira hipótese e retroativos à data em que emitido, na segunda hipótese.
 - (D) com fundamento no exercício do poder hierárquico e, no segundo caso, com fundamento no exercício do poder discricionário.
 - (E) pelo Poder Judiciário, após provocação e pela Administração, de ofício, produzindo efeitos, em regra, para o futuro na primeira hipótese e retroativos à data em que emitido, na segunda hipótese.
-
28. Quanto ao direito de férias do servidor público federal submetido ao regime da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar:
- (A) O servidor titular de cargo efetivo fará jus a trinta dias de férias, que não poderão ser acumuladas, mesmo no caso de necessidade do serviço, por se tratar de direito constitucional, atribuído aos trabalhadores urbanos e rurais, extensível ao servidor público.
 - (B) A pedido do servidor as férias poderão ser parceladas em até, no máximo, duas etapas de 15 dias, desde que não haja prejuízo à continuidade do serviço público.
 - (C) O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.
 - (D) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 meses de exercício, razão porque o servidor exonerado antes de completar referido período não terá direito à indenização, qualquer que seja a razão do seu desligamento.
 - (E) Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal quando da utilização do último período.
-
29. A Constituição Federal, texto original, já trazia vedação à acumulação de cargos públicos, proibição que permaneceu, com alterações, após as Emendas Constitucionais nº 19, de 1998 e nº 34, de 2001. A Lei nº 8.112/1990, por sua vez, disciplina referida vedação. Segundo o texto da referida lei,
- (A) a proibição de acumular não alcança cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, porquanto cuida-se de norma dirigida tão somente à Administração Direta, em razão do regime jurídico único, qual seja, estatutário.
 - (B) o servidor federal não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva, regra que não admite exceção.
 - (C) a acumulação lícita de cargos somente se viabiliza juridicamente quando haja compatibilidade de horários e correlação de matérias entre os vínculos mantidos com a Administração.
 - (D) apenas incide a vedação, é dizer, a proibição de acumulação, na hipótese de os vínculos (cargos, empregos ou funções) serem remunerados, não subsistindo a vedação quando uma das funções desempenhada não seja remunerada.
 - (E) a vedação à acumulação não se aplica aos cargos em comissão, de livre admissão e exoneração, abarcando apenas os vínculos de natureza efetiva.
-
30. Um grupo de empresários especializados no ramo de fornecimento de alimentação preparada reuniu-se para, em conluio e previamente aos procedimentos licitatórios, combinar os preços máximos e mínimos que ofertariam ao Poder Público, em especial nas licitações levadas a efeito na modalidade pregão, na forma eletrônica, onde há fase de negociação de preços. Para tanto, contaram com apoio de servidores públicos integrantes das comissões de licitação, que "vasavam", somente para as referidas empresas e previamente à publicação do edital, o preço referencial de cada certame. Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992,
- (A) os servidores públicos integrantes das comissões de licitação respondem por ato de improbidade, em qualquer das modalidades, desde que haja comprovação de que as respectivas condutas causaram prejuízo à Administração.
 - (B) os empresários respondem na esfera cível e criminal por fraude à licitação, conluio e formação de cartel, não respondendo, no entanto, por ato de improbidade, cujas penalidades são aplicáveis somente aos agentes públicos.
 - (C) respondem por improbidade, estando sujeitos às penalidades previstas na referida lei, tantos os servidores públicos integrantes das comissões de licitação como os empresários, que se beneficiaram de forma direta ou indireta do ato de improbidade, independentemente do efetivo prejuízo causado à Administração.
 - (D) os servidores públicos integrantes das comissões de licitação respondem por ato de improbidade, apenas se das respectivas condutas resultar prejuízo efetivo ao erário, respondendo, na mesma hipótese, os empresários que agiram em conluio.
 - (E) para enquadramento das condutas dos servidores e dos empresários nos atos descritos na lei de improbidade é necessário que haja, concomitantemente, demonstração do elemento subjetivo do injusto, culpa ou dolo, enriquecimento ilícito e prejuízo para o erário.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Maria, a fim de cuidar do machucado de seu filho que acabou de cair da bicicleta, aplica sobre o ferimento da criança ácido corrosivo, pensando tratar-se de uma pomada cicatrizante, vindo a agravar o ferimento. A situação descrita retrata hipótese tratada no Código Penal como
- (A) erro de proibição.
 - (B) erro na execução.
 - (C) estado de necessidade.
 - (D) exercício regular de direito.
 - (E) erro de tipo.

32. São causas de inimputabilidade previstas no Código Penal, além de doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado:
- (A) emoção e paixão; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; idade inferior a 18 anos.
 - (B) idade inferior a 16 anos; embriaguez voluntária; coação irresistível.
 - (C) idade inferior a 18 anos; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior.
 - (D) idade inferior a 21 anos; embriaguez completa, decorrente de caso fortuito ou força maior; legítima defesa.
 - (E) emoção e paixão; idade inferior a 18 anos; embriaguez preordenada.

33. Considere os seguintes tipos de crimes e suas definições.

Tipo de Crime	Definição
() Condescendência Criminosa	1. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
() Peculato	2. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
() Corrupção passiva	3. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

A correta relação entre o crime e sua definição, de cima para baixo, está em

- (A) 1, 2 e 3.
 - (B) 2, 1 e 3.
 - (C) 3, 2 e 1.
 - (D) 2, 3 e 1.
 - (E) 3, 1 e 2.
34. Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, é correto afirmar:
- (A) Os crimes de peculato, corrupção passiva, concussão e excesso de exação são hediondos.
 - (B) Crimes funcionais próprios são aqueles que se for excluída a qualidade de funcionário público, haverá a desclassificação para crime de outra natureza.
 - (C) Crimes funcionais impróprios são aqueles cuja exclusão da qualidade de funcionário público torna o fato atípico.
 - (D) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
 - (E) Após o recebimento da denúncia sempre será adotado o rito sumário.
35. Considere as seguintes afirmações sobre a prisão temporária prevista na Lei nº 7.960/1989:
- I. É cabível quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.
 - II. É cabível tanto na fase de inquérito policial quanto no curso da ação penal, desde que antes da sentença.
 - III. É cabível do descumprimento de obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.
 - IV. Na hipótese de representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.
 - V. Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e V.



36. Em relação às disposições da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar:
- (A) É permitido o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 250.000 e menos de 500.000 habitantes, quando em serviço.
 - (B) Aos residentes em áreas rurais, maiores de 21 anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 ou 2 canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16, desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento.
 - (C) As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta lei.
 - (D) Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição somente em serviço.
 - (E) As armas de fogo utilizadas pelos empregados das empresas de segurança privada e de transporte de valores, constituídas na forma da lei, serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, podendo ser utilizadas em serviço ou fora dele.
-
37. Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender, dentre outros, ao requisito previsto na Lei nº 10.826/2003, de
- (A) apresentar atestado de caçador fornecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
 - (B) apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.
 - (C) apresentar autorização expedida pela autoridade policial que ateste estar o interessado sofrendo grave ameaça contra si ou contra membro de sua família.
 - (D) ser brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos.
 - (E) estar em pleno exercício de seus direitos políticos.
-
38. São crimes previstos no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/1997), dentre outros,
- (A) praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor; afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída; deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública.
 - (B) avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória; deixar de sinalizar qualquer obstáculo à livre circulação, à segurança de veículo e pedestres, tanto no leito da via terrestre como na calçada, ou obstaculizar a via indevidamente; trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros, logradouros estreitos, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo de dano.
 - (C) praticar homicídio doloso na direção de veículo automotor; afastar-se o condutor do veículo do local do acidente, para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída; conduzir o veículo com dispositivo antirradar.
 - (D) participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada; avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória; praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor.
 - (E) praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor; usar no veículo equipamento com som em volume ou frequência que não sejam autorizados pelo CONTRAN; participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada.
-
39. De acordo com as normas gerais de circulação e conduta, previstas no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503/1997),
- (A) antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, o condutor deverá verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso facultativo e obrigatório, bem como assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.
 - (B) quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, são as da esquerda destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte, quando não houver faixa especial a eles destinada, e as da direita, destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade.
 - (C) todo condutor ao efetuar a ultrapassagem deverá indicar com antecedência a manobra pretendida, acionando o pisca-alerta do veículo ou por meio de gesto convencional de braço.
 - (D) nenhum condutor deverá frear bruscamente seu veículo, salvo por razões de segurança.
 - (E) nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa, ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, entre as pistas de rolamento, com preferência sobre os veículos automotores.



40. Dispõe a Resolução nº 104, de 06/04/2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ:
- (A) Os tribunais deverão estabelecer estratégia junto aos órgãos policiais para a escolta de magistrados com alto risco quanto à segurança.
 - (B) Os tribunais deverão estabelecer regime de plantão entre os agentes de segurança, para pleno atendimento dos juízes e de servidores, em caso de urgência.
 - (C) Todos servidores ocupantes de cargo em confiança passarão a exercer efetivamente funções relacionadas à segurança dos magistrados.
 - (D) Os tribunais deverão estabelecer articulação com os órgãos policiais também no sentido de imediata comunicação ao tribunal de qualquer evento administrativo envolvendo magistrado na qualidade, ainda que de mero suspeito, de autor de improbidade administrativa.
 - (E) Os tribunais deverão instituir Comissão de Segurança permanente, dela devendo integrar somente magistrados de primeiro grau, além de representante de entidade de classe, com a incumbência, dentre outras, de elaborar o plano de proteção e assistência dos juízes em situação de risco e conhecer e decidir pedidos de proteção especial, formulados por magistrados.
-
41. Conforme dispõe a Resolução nº 176, de 10/06/2013, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, recomenda-se que os Tribunais adotem, no âmbito de suas competências, como medida mínima para a segurança de magistrados,
- (A) instalação do sistema de segurança manual, em livro próprio, incluindo as áreas adjacentes.
 - (B) obrigatoriedade quanto ao uso de coletes balísticos.
 - (C) controle do fluxo de pessoas em suas instalações.
 - (D) instalação de aparelho detector de metais, aos quais devem se submeter todos que acessarem as dependências, inclusive os integrantes de missão policial, de escolta de presos e os agentes ou inspetores de segurança próprios.
 - (E) policiamento ostensivo com agentes exclusivamente terceirizados, inclusive nas salas de audiências, quando necessário.
-
42. Dispõe a Resolução Conjunta nº 04, de 28/02/2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP:
- (A) As armas de fogo de que trata a referida Resolução serão de propriedade, responsabilidade e guarda dos respectivos servidores, somente podendo ser por eles utilizadas quando em serviço.
 - (B) O certificado de registro e a autorização de porte da arma de fogo serão expedidos preferencialmente pela Polícia Militar em nome da respectiva Instituição, ou por esta própria, quando possuir estrutura administrativa para tanto e desde que observados os requisitos legais necessários.
 - (C) O Presidente do Tribunal e o Procurador-Geral de cada ramo ou unidade do Ministério Público, designarão os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 20% do número de servidores nessa função.
 - (D) A autorização para o porte de arma de fogo de que trata este artigo terá prazo máximo de validade de 2 anos, podendo ser renovada, cumpridos os requisitos legais, e revogada, a qualquer tempo, por determinação do Presidente do Tribunal ou do Procurador-Geral de cada ramo do Ministério Público.
 - (E) O armamento, o modelo, o calibre e a munição a serem adquiridos pela Instituição devem ser definidos pelos respectivos Presidentes de Tribunal e Procuradores-Gerais, observando-se a legislação aplicável.
-
43. A NR 23 prevê que "Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis." Considerando as disposições desta NR, o empregador deve providenciar para todos os trabalhadores
- (A) *sprinklers* para o combate a incêndios e explosões, devidamente identificados, instalados em locais adequados, corretamente sinalizados e sem impedimento ao seu acesso.
 - (B) equipamentos de proteção individual para combate a incêndios de pequeno porte, adequados e com Certificado de Aprovação válido.
 - (C) informações sobre a utilização dos equipamentos de combate a incêndio, os procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança e os dispositivos de alarme existentes.
 - (D) treinamento de primeiros socorros e de combate a princípios de incêndio ministrados por profissional devidamente habilitado e com carga horária mínima de 20 horas, seguindo cronograma especificado na referida NR.
 - (E) capacitação para atuação como brigadista de incêndio, para que sejam capazes de providenciar a fuga com segurança nas situações de emergência em caso de incêndios ou explosões.



44. Em um ambiente aberto, uma chama iniciou a queima de um pedaço de madeira, e neste processo, o fogo atingiu toda madeira, que foi decomposta em partículas menores, as quais se combinaram com o oxigênio e se queimaram, radiando calor para o combustível, quebrando mais moléculas, formando um ciclo constante. Esse processo é denominado reação química em cadeia, onde
- (A) a chama representa o calor e o oxigênio é o combustível.
 (B) o oxigênio é o comburente e a madeira é o combustível.
 (C) a madeira é o comburente e o oxigênio é o combustível.
 (D) a chama representa o calor e a madeira é o comburente.
 (E) a chama representa o combustível e o oxigênio é o comburente.

45. Considere as afirmações que seguem:

- O extintor de incêndio de **I** é um dos indicados para classe C de incêndio, podendo ser utilizado, também, para a classe B. Ele atua por abafamento (retirada de oxigênio) e também por resfriamento, por ser um agente extintor condicionado a alta pressão.
- O extintor de água pressurizada não pode ser utilizado em incêndios de classe **II**.
- Os extintores de pó químico seco (ABC) utilizam o **III** como agente extintor, que passa por um tratamento para se tornar higroscópico.
- Incêndios da classe C são caracterizados por ocorrerem em **IV**.

Completam corretamente as lacunas I, II, III e IV, respectivamente,

	I	II	III	IV
A	água pressurizada	"A"	bicarbonato de potássio	equipamentos elétricos
B	dióxido de carbono	"B"	bicarbonato de sódio	líquidos combustíveis
C	espuma	"D"	dióxido de carbono	elementos pirofóricos
D	dióxido de carbono	"C"	monofosfato de amônia	equipamentos elétricos energizados
E	pó químico seco BC	"B"	dióxido de carbono	magnésio ou zircônio

46. A Cartilha de Armamento e Tiro do Departamento de Polícia Federal, elaborada pelo Serviço de Armamento e Tiro da Academia Nacional de Polícia e pelo Serviço Nacional de Armas, contém, dentre outras, a seguinte norma de segurança:
- (A) Pistolas e rifles desprendem lateralmente gases e alguns resíduos de chumbo na folga existente entre o cano e o tambor. Revólveres ejetam estojos quentes lateralmente; quando estiver atirando, mantenha as mãos livres dessas zonas e as pessoas afastadas.
- (B) Nunca modifique as características originais da arma.
- (C) Tome cuidado com possíveis obstruções do cano da arma quando estiver atirando. Caso perceba algo de anormal com o recuo ou com o som aparente de detonação, interrompa imediatamente os disparos e, em seguida, verifique cuidadosamente a existência de obstruções no cano; um projétil ou qualquer outro objeto deve ser imediatamente removido, mesmo em se tratando de lama, terra, graxa, etc, a fim de evitar danos à arma e/ou ao atirador.
- (D) Munição velha ou recarregável é confiável apenas para treinamento de tiro.
- (E) Caso a arma "negue fogo", mantenha-a apontada para o alvo por alguns segundos. Em alguns casos, pode haver um retardamento de ignição do cartucho.

47. Segundo a Cartilha de Armamento e Tiro do Departamento de Polícia Federal, o sistema de funcionamento de armas de fogo pelo qual
- (A) a arma, mediante o acionamento da tecla do gatilho e enquanto esta estiver premida, atira continuamente, extraindo, ejetando e realimentando a arma até que se esgote a munição de seu carregador ou cesse a pressão sobre o gatilho, é o sistema de repetição.
- (B) a execução do tiro se dá pela ação do atirador (acionamento da tecla do gatilho para cada disparo) e as operações de extração, ejeção e realimentação que ocorrem e razão do reaproveitamento dos gases oriundos de cada disparo, é o semiautomático.
- (C) a arma é capaz de ser disparada mais de uma vez antes que seja necessário recarregá-la, e cujas operações de realimentação são feitas pela ação do atirador, é o semiautomático.
- (D) as armas dotadas com o sistema de repetição são equipadas com tambor ou receptáculo (tubo), nunca com carregador, é o automático ou semiautomático.
- (E) a arma, mediante o acionamento da tecla do gatilho e enquanto esta estiver premida, atira continuamente, extraindo, ejetando e realimentando a arma até que se esgote a munição de seu carregador ou cesse a pressão sobre o gatilho é o sistema de ação dupla.



48. Na ocorrência de uma crise, o gerente do Comitê de Crises implantado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região decide que qualquer ação deve ser implementada se consideradas indispensáveis e quando os riscos oriundos desta ação forem compensados pelo resultado. Neste caso, considerando a doutrina de gerenciamento de crises, foram adotados os critérios da
- (A) emergência e da validade do risco.
 - (B) aceitabilidade e da necessidade.
 - (C) decisão e da compensação.
 - (D) necessidade e da validade do risco.
 - (E) negociação e da necessidade.
-
49. Na gestão estratégica de uma organização, o gerenciamento de crises
- (A) abrange o planejamento de contingências, pois o gerenciamento de crises deve prever tal planejamento.
 - (B) deve estar previsto no planejamento de contingências, pois tratará da administração da contingência que porventura possa ocorrer.
 - (C) não está incluído em nenhuma espécie de planejamento, uma vez que tem como objetivo administrar ocorrências não previstas.
 - (D) não observa o planejamento, uma vez que este trata especificamente de contingências, e não de crises.
 - (E) e o planejamento de contingências podem ser considerados como sinônimos, pois possuem exatamente os mesmos objetivos e abrangência.
-
50. Pedro, Técnico de Segurança do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, recebeu orientação do seu superior para realizar uma visita à sucursal da OAB-PR, onde o Presidente do Tribunal comparecerá a um evento. No local, Pedro fez contato com a organização para levantar todos os detalhes da permanência da autoridade, fez o reconhecimento das instalações, itinerários internos, bem como do itinerário percorrido do Tribunal para o local, anotando o tempo de percurso. De posse de todas estas informações, elaborou um relatório que servirá de subsídio à equipe de segurança que conduzirá o Presidente para o evento. A atividade de segurança de dignitários realizada por Pedro
- (A) é própria da equipe velada.
 - (B) é efetuada pela equipe aproximada.
 - (C) é inerente à equipe precursora.
 - (D) deveria ser realizada pela Assessoria de Cerimonial do Tribunal.
 - (E) é atividade de equipe de investigação.
-
51. De acordo com o conceito de segurança de dignitários, as expressões “veículo executivo” e “veículo de apoio” referem-se, respectivamente, ao veículo
- (A) ocupado pelo dignitário em seus deslocamentos e ao veículo que realiza sua escolta.
 - (B) que realiza a escolta do dignitário e ao veículo no qual devem ser direcionados os demais funcionários ou assessores que porventura acompanham o dignitário.
 - (C) que realiza a escolta do dignitário e ao veículo reserva, que pode ser utilizado caso algum carro da comitiva fique fora de operação.
 - (D) ocupado pelo dignitário em seus deslocamentos e ao veículo reserva, que pode ser utilizado caso algum carro da comitiva fique fora de operação.
 - (E) utilizado pelos agentes para a execução dos trabalhos de levantamento e reconhecimento dos locais onde o dignitário comparecerá e ao veículo que realiza a escolta da autoridade.
-
52. João, Técnico de Segurança do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, de posse das informações sigilosas sobre a agenda de compromissos do Presidente do Tribunal, deliberadamente altera o horário de um determinado compromisso, alegando questões de segurança, com a intenção de que a autoridade se encontre com seu amigo Pedro, que desejava falar com o Presidente. Também, para ocorrer o encontro, altera o trajeto da autoridade predeterminado.
- No que tange à atividade de inteligência, em observância à segurança de informações, João, ao alterar a agenda de compromissos, e ao alterar o trajeto preestabelecido, feriu um conceito básico e um aspecto fundamental, que são, respectivamente,
- (A) integridade e confidencialidade.
 - (B) integridade e conformidade.
 - (C) disponibilidade e integridade.
 - (D) confidencialidade e disponibilidade.
 - (E) integridade e autenticação.



53. Da fusão entre os Bancos Reserva e Reforma no ano 2000 formou-se o Renovação Econômica, concretizada por meio de intensa negociação, natural em negócios desta magnitude. Para proteger os negócios, evitar vazamento de informações, que poderiam ser utilizadas por concorrentes, e até mesmo os "furos" de reportagem da imprensa especializada, foi elaborada uma estratégia qualificada, por profissionais que planejaram e executaram medidas eficazes de proteção à negociação em curso, como ações de desinformação e um plano de segurança orgânica para ambas as empresas em vias de fusão.
- Parte do sucesso desta negociação se deve ao esforço bem sucedido
- (A) da atividade de *Marketing* corporativo, voltado a *net working* com os veículos de comunicação e com as estruturas das empresas envolvidas, que reflete, em ambos os exemplos, uma atividade de segurança passiva, pois não se trata de segurança de instalações.
 - (B) do trabalho de *Marketing* corporativo e empresarial, quando se trata do trabalho de produção de informações para a mídia, mesmo lançando mão de desinformação e de planejamento estratégico quando se fala em aplicação de plano de segurança orgânica, que é um esforço da segurança ativa.
 - (C) da estratégia de segurança da tecnologia da informação, quando se trata do esforço de desinformação, e de segurança de sistemas, quando se aplica o plano de segurança orgânica.
 - (D) do intenso trabalho de contrainteligência com a abordagem ampla, abrangendo a segurança passiva através da desinformação levada em curso com objetivo de neutralizar ações adversas e segurança ativa quando se elabora um plano de segurança orgânica para ambas as empresas.
 - (E) da atividade de contrainteligência com a abordagem da segurança ativa, quando se trata do esforço de desinformação e segurança passiva quando se elabora um plano de segurança orgânica para ambas as empresas.
-
54. Ao elaborar o planejamento de segurança do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Luis, Técnico de Segurança encarregado do setor, percebe que para sua implantação é necessário aprimorar as medidas e os procedimentos de segurança das pessoas que frequentam o Tribunal. Assim, identifica os diversos níveis de segurança para os funcionários do Tribunal. O nível organizacional intermediário, que detalha condições, prazos e responsabilidades considerados necessários para a otimização dos recursos e manutenção do Tribunal, corresponde ao nível de segurança
- (A) Executivo.
 - (B) Operacional.
 - (C) Técnico.
 - (D) Departamental.
 - (E) Estratégico.
-
55. Quanto ao faseamento do planejamento de segurança e as fases deste mesmo planejamento, é correto afirmar:
- (A) Os conceitos se diferem, pois o faseamento do planejamento de segurança prevê a implantação por segmento corporativo, de forma modular, enquanto as fases do planejamento são as etapas propriamente ditas.
 - (B) Os conceitos se diferem em relação aos níveis organizacionais de implantação. O faseamento do planejamento de segurança é adotado pelo nível intermediário ou tático da instituição, enquanto as fases do planejamento são concebidas pelo nível estratégico.
 - (C) O faseamento do planejamento de segurança é a aplicação direta das fases do planejamento de segurança, observadas as adaptações necessárias, quando colocadas em prática.
 - (D) Os conceitos se diferem em relação aos níveis organizacionais de implantação. O faseamento do planejamento de segurança é adotado pelo nível operacional da instituição, enquanto as fases do planejamento são concebidas pelo nível tático.
 - (E) Tais conceitos são sinônimos, uma vez que ambos estabelecem etapas do planejamento propriamente dito e podem ser delineados inicialmente pelo nível estratégico da instituição.
-
56. Quanto aos meios de segurança física de uma instalação, é correto afirmar:
- (A) O funcionário de uma empresa, exercendo a função de vigilância, não é considerado um meio de segurança física, uma vez que se trata de um recurso humano.
 - (B) Acidentes naturais de um terreno onde esteja instalada uma determinada empresa ou instituição, como um lago, por exemplo, não pode ser considerado como um meio de segurança físico, uma vez que não foi instalado para este fim.
 - (C) O funcionário de uma empresa, exercendo a atividade de vigilância, pode atender plenamente os objetivos da segurança física mesmo que não esteja identificado como tal. Basta que tenha treinamento na área.
 - (D) A fechadura, em geral, não pode ser considerada como meio de segurança física, uma vez que é um meio de controle de acesso.
 - (E) O funcionário de uma instituição, ocupando a função de vigilância, pode ser considerado como um meio de segurança física, desde que devidamente identificado como tal.



57. Existem vários tipos de sensores eletrônicos, muito eficientes para a segurança de áreas e instalações, que funcionam como detectores de intrusão internos. O dispositivo conhecido como botão de pânico é um detector de intrusão
- (A) por ruptura; uma vez acionado interrompe o fornecimento de energia elétrica no local.
 - (B) por movimento; uma vez acionado é capaz de travar as fechaduras eletrônicas existentes no local.
 - (C) por manipulação; é acionado em razão de ocorrência de risco ou ameaça.
 - (D) de dupla tecnologia; pode ser acionado manualmente ou através da detecção de movimentos anormais.
 - (E) de ruído; uma vez acionado provoca um ruído ensurdecedor.
-
58. Em uma situação de atendimento de vítima de atropelamento em uma avenida de grande circulação, a primeira preocupação que um indivíduo leigo deve ter ao se aproximar da cena é
- (A) avaliar a segurança do local.
 - (B) procurar por hemorragia na vítima.
 - (C) iniciar a coleta de informações sobre a causa do acidente.
 - (D) imobilizar a coluna cervical da vítima.
 - (E) verificar se a vítima está respirando adequadamente.
-
59. Durante a refeição, um homem magro de 40 anos aspirou um pedaço de carne, que causou obstrução total da via aérea, impossibilidade de tossir, cianose e incapacidade de falar ou respirar. Enquanto ele está consciente, o Técnico Judiciário da área de Segurança deve realizar a Manobra de Heimlich, que consiste em compressão
- (A) torácica posterior.
 - (B) facial.
 - (C) lombar.
 - (D) abdominal.
 - (E) inguinal.
-
60. Definem-se Primeiros Socorros como avaliações e intervenções que podem ser realizadas por um leigo com ou sem equipamentos médicos.
- Para um atendimento de primeiros socorros, considere que
- I. Diante de uma vítima com episódio de desmaio o socorrista deve ajudá-la a deitar-se no chão.
 - II. Durante uma crise convulsiva o socorrista deve colocar um objeto entre os dentes da vítima e restringir-lhe os movimentos dos membros.
 - III. Para controle de hemorragia, o socorrista deve aplicar gaze ou compressa diretamente sobre a lesão e aplicar pressão manual.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) II, apenas.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo XI, itens:

"5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. 7. Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 8. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

– NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva – Redação.

Apesar da presunção de veracidade que confere autoridade, interesse e sedução a todas as fotos, a obra que os fotógrafos produzem não constitui uma exceção genérica ao comércio usualmente nebuloso entre arte e verdade. Mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência.

[...]

O problema não é que as pessoas se lembrem através das fotografias, mas que se lembrem apenas das fotografias.

(SONTAG, Susan. "Na caverna de Platão", em **Sobre a Fotografia**, São Paulo, Companhia das Letras, 2008)

A partir do trecho acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A imagem como produtora de sentidos na modernidade

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	